

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

IFSULDEMINAS

Exmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)

Exma. Autoridade Superior Competente

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2023

SISTEMA INFORMÁTICA COM. IMP. E EXP. LTDA., já devidamente qualificada nos autos do pregão eletrônico supra indicado, doravante denominada simplesmente de SISTEMA INFORMÁTICA ou RECORRENTE vem, tempestiva e respeitosamente, apresentar

RECURSO HIERÁRQUICO

contra a decisão que classificou a proposta e declarou vencedora a licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA., doravante denominada simplesmente de RECORRIDA, no ITEM 16 do Edital, o que o faz com fulcro nas disposições do artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002, nas demais legislações aplicáveis e no subitem 11 do Edital, declinando os motivos do seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

I. 1. A SISTEMA INFORMÁTICA possui legitimidade para interpor o presente Recurso tendo em vista sua regular participação no referido Certame.

I. 2. O prazo para interposição de recursos foi aberto no dia 05/09/2023 (terça-feira) e finalizado em 18/10/2023 (quinta-feira), momento o qual foi registrada pela SISTEMA INFORMÁTICA sua intenção recursal, a qual foi aceita pelo Sr. Pregoeiro.

I. 3. Assim sendo, como ficou consignado em Ata, o presente pleito é tempestivo.

II – DAS FLAGRANTES INCORREÇÕES CONSTANTES NA PROPOSTA DA LICITANTE DATEN TECNOLOGIA LTDA. PARA O ITEM 16 QUE ENSEJAM A SUA PRESENTE DESCLASSIFICAÇÃO NO CERTAME:

II. 1. Preliminarmente, é mister enfatizar que a SISTEMA INFORMÁTICA, é habitual participante dos processos licitatórios no segmento de hardware realizados em todo o território nacional, concorrendo diariamente em vários certames, nos mais diferentes órgãos, entidades e esferas governamentais, tendo expressiva atuação no segmento de fornecimento para a Administração Pública.

II. 2. Desta feita, mediante toda a experiência adquirida ao longo do tempo, possui todo o know how para participar destas licitações e para aferir se as proposições dos demais concorrentes estão, realmente, em consonância com as exigências técnicas requeridas, como o faz neste arrazoado ao analisar a proposta da licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA.

II. 3. Feitos os adendos necessários, com todo o respeito ao entendimento do Sr(a). Pregoeiro(a) e da Colenda Equipe Técnica de Apoio do IFSULDEMINAS, a SISTEMA INFORMÁTICA registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada, não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço, muito pelo contrário, todas as suas afirmações são fundamentadas técnica e juridicamente, restando demonstrado que não se trata de um Recurso Hierárquico procrastinatório.

II. 4. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser estritamente observados e obedecidos, tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva a satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, o que significa a conjugação do melhor produto (que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas) aliado ao menor preço possível.

II. 5. Além disso, a exata observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição sine qua non para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo, conforme o previsto no caput do art. 37 da CF/88, in verbis:

“Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]”

II. 6. Portanto, dessa linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

“Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador pública significa ‘deve fazer assim’.”

II. 7. Ao se deparar com equipamento e proposta que não atendem na íntegra o solicitado em Edital, a

Administração deve proceder a imediata recusa, com a consequente desclassificação da proposta, sob pena de ferir mortalmente o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, dentre outros.

II. 8. Neste sentido, compulsando a proposta apresentada pela licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA., se constata que esta não atende às exigências técnicas relevantes do Edital, a seguir detalhadas, sendo, pois, premente a reforma da decisão que indevidamente classificou a sua proposta e a declarou como vencedora no ITEM 16.

II. A - DOS PONTOS EM DESACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL PARA O ITEM 16:

Dando início a análise dos requisitos obrigatórios definidos no TERMO DE REFERÊNCIA, o mesmo define o seguinte:

"Deve possuir sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ser horizontal/linear, frontal/traseiro, ou seja, deve ter entrada pela parte frontal do gabinete e saída pela parte traseira;"

Após uma minuciosa revisão dos documentos anexados pela RECORRIDA em sua proposta comercial, foi possível verificar no documento denominado "TABELA DE COMPROVAÇÃO - ITEM 16", que tal o atendimento a tal requisito está sendo comprovado através do documento "FICHA TÉCNICA DO GABINETE PÁG.: ÚNICA".

Pois bem, após verificar o documento "FICHA TÉCNICA DO GABINETE PÁG.: ÚNICA", assim como indicado pela RECORRIDA, foi possível encontrar os seguintes dizeres:

"VENTILAÇÃO

- Entrada de ar pela parte traseira e saída exclusivamente pela parte traseira (fonte) e frontal;"

Nota-se que o TERMO DE REFERÊNCIA requer um equipamento com sistema de resfriamento no qual o fluxo de ar deve ser direcionado da PARTE FRONTAL PARA A PARTE TRASEIRA.

Contudo, a RECORRIDA ofertou um computador que possui ENTRADA DE AR PELA PARTE TRASEIRA E SAÍDA PELA TRASEIRA E FRONTAL.

Com isso, conclui-se que a RECORRIDA ofertou um equipamento em desacordo com o solicitado no TERMO DE REFERÊNCIA, visto que é solicitado um computador que possua sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ter entrada pela parte frontal e saída pela parte traseira.

No âmbito do processo licitatório, não deve, sob nenhuma circunstância, aceitar um produto em NÃO CONFORMIDADE com as características mínimas estipuladas no edital. Tal princípio é fundamental para a preservação da lisura, transparência e competitividade do processo, bem como para assegurar a efetiva realização dos objetivos estabelecidos na licitação. Portanto, a clareza e a precisão na verificação da conformidade do produto, com as especificações técnicas, são preceitos inalienáveis que devem nortear o processo licitatório.

Dando sequência a análise, é solicitado no TERMO DE REFERÊNCIA o seguinte:

"Deve possuir etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, e o número de série do equipamento;"

Após consulta ao documento "TABELA DE COMPROVAÇÃO - ITEM 16" enviado pela RECORRIDA, foi possível verificar que a mesma não indica o documento e página que comprove o atendimento a tal item, apresentando um documento INCOMPLETO e gerando dúvidas se o produto ofertado realmente atende a tal requisito.

Destaca-se que a RECORRIDA descumpriu o determinado no item 12.6 - DA PROPOSTA do TERMO DE REFERÊNCIA, onde é solicitado que seja apresentado um check list com indicação de arquivo e página, demonstrando que o equipamento ofertado atenda a 100% das especificações.

Ao apresentar um documento obrigatório de forma INCOMPLETA, não é possível verificar o atendimento a tal requisito técnico, gerando um ambiente de dúvida sobre a aceitação de tal equipamento.

É de importante destaque que, no âmbito do processo licitatório, não deve, sob nenhuma circunstância, aceitar um produto quando subsistirem dúvidas acerca de sua conformidade com as características mínimas estipuladas no edital. Tal princípio é fundamental para a preservação da lisura, transparência e competitividade do processo, bem como para assegurar a efetiva realização dos objetivos estabelecidos na licitação. Portanto, a clareza e a precisão na verificação da conformidade do produto, com as especificações técnicas, são preceitos inalienáveis que devem nortear o processo licitatório.

O fato de a RECORRIDA ter apresentado documento um obrigatório de FORMA INCOMPLETA, não apenas coloca em desvantagem as demais licitantes, que seguiram corretamente as diretrizes do edital, mas também gera um ambiente de incerteza e falta de clareza no processo de seleção.

Em estrita conformidade com o princípio da isonomia, que busca assegurar igualdade de tratamento entre todos os participantes, é imperativo que todas as licitantes forneçam as informações requeridas no edital, para que a Comissão possa realizar uma avaliação justa e equitativa de todas as propostas apresentadas. A omissão de informações essenciais, não apenas compromete a isonomia, mas também coloca em risco a validade do processo licitatório como um todo.

Sendo assim, por todo exposto, não restam dúvidas que a RECORRIDA não cumpriu com todos os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA, ofertando um equipamento que não atende as especificações mínimas e apresentando documentos obrigatórios de forma INCOMPLETA, motivos mais do que suficientes para a imediata desclassificação de sua proposta, o que desde já a SISTEMA INFORMÁTICA requer.

III - DAS CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A MATÉRIA EM APREÇO. DA INOBSERVÂNCIA ÀS NORMAS LEGAIS E AOS PRINCÍPIOS REGULADORES DO CERTAME EM APREÇO

III. 1. O inconformismo desta RECORRENTE com a decisão prolatada não se faz de maneira desacertada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. Todas as afirmações técnicas contidas neste Recurso Hierárquico são verídicas e bem fundamentadas, portanto, resta demonstrado que não se trata de um Recurso Hierárquico procrastinatório.

III. 2. Deveras que a Administração não pode quedar-se às vontades e aos interesses dos particulares, mas deve trabalhar em prol da satisfação dos interesses coletivos, que neste caso, encontram-se retratados nas normas editalícias publicadas, que são de conhecimento geral e que se destinam a garantir a melhor contratação possível para Administração.

III. 3. O entendimento doutrinário é pacífico neste sentido, pelo que oportuna é a transcrição dos ensinamentos do doutrinador, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética. 11ª edição, São Paulo, pp. 402 e 526:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade de atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação".

[...]

"Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresse, no corpo do edital."

III. 4. Na mesma linha de raciocínio, o posicionamento doutrinário do mestre Hely Lopes Meirelles em Licitação e Contrato Administrativo, Editora Malheiros, 13ª edição, 2002. São Paulo. p. 35:

"Não se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação."

III. 5. Sobre os princípios constitucionais, cumpre-nos destacar que, caso estes não sejam respeitados, a validade do processo licitatório restará por certo comprometida, tornando-o temerário e vulnerável, podendo ser desconstituído por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

III. 6. Vale a transcrição do ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello em Curso do Direito Administrativo, 13ª Ed, São Paulo, Editora Malheiros, p. 772 in verbis:

"Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra."

III. 7. Considerando ainda o Princípio da Autotutela, que é intrínseco à atividade administrativa, clama-se ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, que promova a anulação de todos os atos eivados de vícios, nos exatos termos da Súmula 473 do STF:

Súmula 473 do STF – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial.

III. 8. No mesmo sentido, ensina a Prof.ª. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra Direito Administrativo, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas. p.195:

"[...] a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade."

III. 9. Assim, declarada a nulidade do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo todas as consequências geradas a partir de sua edição (efeito ex tunc). Isso posto, requer-se a anulação dos atos praticados de classificação e declaração de vencedora da proposta da licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA., pois, como visto, não estão revestidos da devida legalidade e fundamentação técnica.

IV – DO PEDIDO FINAL:

IV. 1. Por todo exposto, a SISTEMA INFORMÁTICA requer, tempestiva e respeitosamente, ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS que aprecie os concretos e irrefutáveis argumentos técnicos e jurídicos apresentados, para que o presente Recurso Hierárquico seja conhecido e integralmente provido, reconsiderando-se a decisão originária, com a imediata desclassificação da proposta da licitante DATEN TECNOLOGIA LTDA para o ITEM 16, objeto do Certame supra indicado, uma vez que não foram cumpridos todos os requisitos editalícios, retornando-se ao Certame com o chamamento da próxima licitante classificada.

Termos em que,

Pede e Aguarda Deferimento.

Poços de Caldas, 25 de outubro de 2023.

SISTEMA INFORMÁTICA
Alexandre de Souza Teixeira Júnior
Representante Legal

Fechar